

Sumário

Capítulo 1 ▶ INTRODUÇÃO.....	25
Capítulo 2 ▶ AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP)	27
2.1. Natureza jurídica	27
2.2. Fundamento normativo	28
2.3. Cabimento.....	30
2.3.1. Espécies de direitos coletivos	31
2.3.1.1. Direitos difusos.....	33
2.3.1.2. Direitos coletivos	34
2.3.1.3. Direitos individuais homogêneos.....	35
2.3.1.3.1. Quadro comparativo.....	37
2.3.1.4. Direitos individuais indisponíveis	38
2.3.1.5. Direitos essencialmente coletivos e direitos acidentalmente coletivos.....	40
2.3.1.6. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos	41
2.3.2. Princípio da não taxatividade.....	41
2.3.3. Princípio da atipicidade, máxima amplitude ou absoluta instrumentalidade.....	44
2.3.4. Controle de constitucionalidade.....	46
2.3.5. Controle de políticas públicas	47
2.4. Legitimidade	50
2.4.1. Legitimidade ativa.....	50
2.4.1.1. Ministério Público	54
2.4.1.1.1. Intervenção como <i>custos iuris</i>	58
2.4.1.2. Defensoria Pública.....	58
2.4.1.2.1. Intervenção como <i>custos vulnerabilis</i>	63
2.4.1.2.1.1. Administração Pública.....	65
2.4.1.2.1.2. Associações.....	66
2.4.1.2.1.3. Sindicatos.....	73
2.4.1.2.1.4. Partidos políticos	74

2.4.1.2.1.5.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	74
2.4.1.2.1.6.	Cooperativas.....	75
2.4.1.2.1.7.	Comunidades indígenas	76
2.4.2.	Legitimidade passiva	76
2.4.2.1.	Ação coletiva passiva	76
2.4.3.	Litisconsórcio.....	78
2.4.3.1.	Intervenção do indivíduo	80
2.5.	Intervenção de terceiros.....	82
2.6.	Competência	83
2.6.1.	Competência de justiça.....	83
2.6.2.	Competência de foro	84
2.6.3.	Competência de juízo	87
2.6.3.1.	Competência originária de tribunal	88
2.7.	Procedimento	88
2.7.1.	Desistência	91
2.8.	Sentença	93
2.8.1.	Direitos difusos e coletivos.....	93
2.8.2.	Direitos individuais homogêneos	96
2.9.	Cosa julgada	98
2.9.1.	Limites objetivos	98
2.9.2.	Limites subjetivos.....	98
2.9.3.	Limites territoriais.....	99
2.9.4.	Cosa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	102
2.9.5.	Cosa julgada <i>secundum eventum litis in utilibus</i>	105
2.9.6.	Transporte <i>in utilibus</i>	105
2.9.7.	Cosa julgada coletiva penal.....	106
2.10.	Meios de impugnação	106
2.10.1.	Recursos	106
2.10.2.	Remessa necessária.....	109
2.10.3.	Requerimento de suspensão da decisão.....	112
2.11.	Execução	114
2.11.1.	Direitos transindividuais	114
2.11.2.	Direitos individuais homogêneos	115
2.11.3.	Modalidades de execução.....	116
2.11.3.1.	Execução coletiva.....	116
2.11.3.2.	Execução individual	118

2.11.3.3. Execução pseudocoletiva	119
2.11.4. Obrigatoriedade da execução	120
2.11.5. Multa cominatória	120
2.12. Tutela provisória	121
2.13. Prescrição	124
2.14. Despesas processuais	130
2.15. Negócios jurídicos processuais	136
Capítulo 3 ► AÇÃO POPULAR	137
3.1. Natureza jurídica	137
3.2. Fundamento normativo	137
3.3. Cabimento	138
3.4. Legitimidade	141
3.4.1. Legitimidade ativa	141
3.4.1.1. Cidadão	141
3.4.1.2. Outros legitimados	144
3.4.2. Legitimidade passiva	145
3.4.2.1. Legitimidade bifronte	145
3.4.3. Litisconsórcio	147
3.4.4. Intervenção do Ministério Público como <i>custos iuris</i>	148
3.5. Intervenção de terceiros	148
3.6. Competência	148
3.6.1. Competência de justiça	148
3.6.2. Competência de foro	148
3.6.3. Competência de juízo	150
3.6.3.1. Competência originária de tribunal	150
3.7. Procedimento	151
3.8. Sentença e coisa julgada	153
3.9. Meios de impugnação	154
3.9.1. Recursos	154
3.9.2. Remessa necessária	156
3.9.3. Suspensão da eficácia da decisão	157
3.10. Execução	157
3.11. Tutela provisória	158
3.12. Prescrição	158
3.13. Despesas processuais	158

Capítulo 4 ► MANDADO DE SEGURANÇA	159
4.1. Natureza jurídica	159
4.2. Fundamento normativo	159
4.3. Cabimento.....	160
4.3.1. Direito líquido e certo.....	161
4.3.2. Ato de autoridade.....	162
4.3.3. Prazo	165
4.4. Espécies	167
4.5. Legitimidade	168
4.5.1. Legitimidade ativa.....	168
4.5.1.1. Mandado de segurança coletivo.....	169
4.5.2. Legitimidade passiva	173
4.6. Competência	176
4.7. Procedimento	177
4.7.1. Desistência	177
4.8. Sentença e coisa julgada.....	179
4.9. Meios de impugnação	180
4.9.1. Recursos	180
4.9.2. Remessa necessária.....	181
4.10. Execução	181
4.11. Tutela provisória	183
Capítulo 5 ► MANDADO DE INJUNÇÃO.....	185
5.1. Natureza jurídica	185
5.2. Fundamento normativo	185
5.3. Cabimento.....	186
5.4. Espécies	188
5.5. Legitimidade	189
5.5.1. Legitimidade ativa.....	189
5.5.1.1. Mandado de injunção individual	189
5.5.1.2. Mandado de injunção coletivo.....	189
5.5.2. Legitimidade passiva	190
5.6. Competência	190
5.7. Procedimento	192
5.8. Decisão e coisa julgada.....	193
5.8.1. Evolução jurisprudencial.....	194
5.8.2. Previsão legal.....	196
5.9. Meios de impugnação	199

Capítulo 6 ▶ HABEAS CORPUS.....	201
6.1. Natureza jurídica	201
6.2. Fundamento normativo	201
6.3. Cabimento.....	201
6.4. Espécies	204
6.5. Legitimidade	205
6.5.1. Legitimidade ativa.....	205
6.5.2. Legitimidade passiva	206
6.6. Competência	206
6.7. Procedimento	207
6.8. Decisão e coisa julgada	208
6.9. Meios de impugnação	209
6.10. Tutela provisória	209
6.11. Despesas processuais	210
Capítulo 7 ▶ HABEAS DATA	211
7.1. Natureza jurídica	211
7.2. Fundamento normativo	211
7.3. Cabimento.....	212
7.4. Legitimidade	214
7.4.1. Legitimidade ativa.....	214
7.4.2. Legitimidade passiva	215
7.5. Competência	215
7.6. Procedimento	216
7.7. Decisão e coisa julgada	218
7.8. Meios de impugnação	218
7.9. Despesas processuais	219
Capítulo 8 ▶ RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	221
8.1. Natureza jurídica	221
8.2. Fundamento normativo	223
8.3. Cabimento.....	224
8.3.1. Hipóteses.....	224
8.3.1.1. Preservação da competência.....	225
8.3.1.2. Garantia da autoridade.....	225
8.3.1.3. Garantia de observância de precedentes e súmula vinculante	226
8.3.1.3.1. Súmula vinculante	226

8.3.1.3.2. Controle concentrado de constitucionalidade	227
8.3.1.3.3. Precedentes (IRDR, IAC, RE e Resp repetitivos e RE com repercussão geral)	228
8.3.1.4. Prazo	233
8.4. Legitimidade	234
8.4.1. Legitimidade ativa	234
8.4.2. Legitimidade passiva	237
8.5. Intervenção de terceiros	238
8.6. Competência	238
8.7. Procedimento	239
8.8. Decisão e coisa julgada	240
8.9. Meios de impugnação	241
8.10. Tutela provisória	241
8.11. Despesas processuais	241
Capítulo 9 ► DIREITO DE PETIÇÃO	245
Capítulo 10 ► NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	247
10.1. Conceito e pressupostos	247
10.2. O controle de constitucionalidade na Constituição de 1988	248
10.3. O controle de constitucionalidade difuso-incidental	248
10.4. O controle de constitucionalidade concentrado-principal	253
Capítulo 11 ► AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)	257
11.1. Conceito	257
11.2. Natureza jurídica	257
11.3. Fundamento normativo	257
11.4. Cabimento	258
11.4.1. Parâmetro de controle	258
11.4.2. Objeto de controle	259
11.5. Legitimidade	264
11.5.1. Legitimidade ativa	264
11.5.2. Legitimidade passiva	270
11.6. Competência	270
11.7. Processo e julgamento	270
11.7.1. Procedimento	270
11.7.2. Medida cautelar	274

11.7.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	277
11.7.4. Julgamento	281
11.8. Sentença e coisa julgada.....	284
11.9. Meios de impugnação	291
Capítulo 12 ► AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC).....	293
12.1. Conceito	293
12.2. Natureza jurídica	293
12.3. Fundamento normativo	293
12.4. Cabimento.....	294
12.4.1. Parâmetro	294
12.4.2. Objeto	294
12.5. Legitimidade	295
12.5.1. Legitimidade ativa.....	295
12.5.2. Legitimidade passiva	296
12.6. Competência	296
12.7. Procedimento e julgamento	297
12.7.1. Procedimento	297
12.7.2. Medida cautelar.....	298
12.7.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	299
12.7.4. Julgamento	300
12.8. Sentença e coisa julgada.....	300
12.9. Meios de impugnação	300
Capítulo 13 ► AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO).....	301
13.1. Conceito	301
13.2. Natureza jurídica	301
13.3. Fundamento normativo	301
13.4. Cabimento.....	302
13.4.1. Parâmetro	302
13.4.2. Objeto	302
13.5. Legitimidade	304
13.5.1. Legitimidade ativa.....	304
13.5.2. Legitimidade passiva	305
13.6. Competência	305
13.7. Procedimento e julgamento	305
13.7.1. Procedimento	305

13.7.2. Medida cautelar.....	306
13.7.3. <i>Amicus curiae</i> e audiências públicas.....	307
13.7.4. Julgamento	307
13.8. Sentença e coisa julgada.....	307
13.9. Meios de impugnação	308
13.10. ADO x mandado de injunção	308
Capítulo 14 ► AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF).....	311
14.1. Conceito.....	311
14.2. Espécies	311
14.3. Fundamento normativo	312
14.4. Cabimento.....	312
14.4.1. Parâmetro de controle	312
14.4.2. Objeto de controle	314
14.4.3. Princípio da subsidiariedade.....	319
14.5. Legitimidade	321
14.5.1. Legitimidade ativa.....	321
14.5.2. Legitimidade passiva	322
14.6. Competência	322
14.7. Processo e julgamento	323
14.7.1. Procedimento	323
14.7.2. Medida cautelar.....	323
14.7.3. Audiências públicas e <i>amicus curiae</i>	324
14.7.4. Julgamento	325
14.8. Sentença e coisa julgada.....	325
14.9. Meios de impugnação	327
Capítulo 15 ► AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA).....	329
15.1. Conceito.....	329
15.2. Natureza jurídica	329
15.3. Fundamento normativo	330
15.4. Cabimento.....	330
15.4.1. Parâmetro de controle	330
15.4.2. Objeto de controle	332
15.5. Legitimidade	332
15.5.1. Legitimidade ativa.....	332
15.5.2. Legitimidade passiva	333
15.6. Competência	333

15.7.	Processo e julgamento	333
15.7.1.	Procedimento	333
15.7.2.	Medida cautelar	334
15.7.3.	Audiência pública e <i>amicus curiae</i>	334
15.7.4.	Julgamento	335
15.7.5.	Sentença e coisa julgada	336
15.8.	Meios de impugnação	336
15.9.	Ação direta interventiva estadual	336
Capítulo 16 ▶	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL (REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL)	339
16.1.	Conceito	339
16.2.	Natureza jurídica	339
16.3.	Fundamento normativo	339
16.4.	Cabimento	339
16.4.1.	Parâmetro de controle	339
16.4.2.	Objeto de controle	342
16.5.	Legitimidade	342
16.5.1.	Legitimidade ativa	342
16.5.2.	Legitimidade passiva	343
16.6.	Competência	343
16.7.	Outras ações em âmbito estadual	343
16.8.	Meios de impugnação	343
Bibliografia		347